



JANEIRO BATE RECORDE DE CASOS

Janeiro se foi e o sonho de ver a pandemia ir embora ficou mais distante. O fatídico aviso de que as festas de fim de ano poderiam se tornar o vetor de uma explosão de casos se concretizou e, movida pela variante ômicron, a pandemia ganhou força e fez o número de infectados saltar de forma astronômica.

Segundo dados da Secretária Estadual de Saúde (SES-MT), o mês fechou com 72.080 novos casos de covid-19, número superior à soma dos registros entre agosto e dezembro de 2021. É também o mês com maior número de casos desde o começo da pandemia

PÁG. 5

‘Lei não permite explorar reservas’

Autor da lei complementar que acrescentou dispositivos no Código Estadual do Meio Ambiente, o deputado estadual Carlos Avallone (PSDB) disse que o objetivo não é permitir exploração mineral em reserva legal. Ele afirma que a ideia está sendo “vendida” de forma equivocada por entidades ambientalistas. O deputado garante que seu projeto prevê ganhos ambientais, já que a pessoa interessada em realocar a reserva legal precisará adicionar uma compensação extra de 5%, ampliando a área a ser preservada. Além disso, o projeto precisa ser aprovado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema)

PÁG. 4

Cuiabá vai adotar ensino híbrido

A rede pública municipal de Cuiabá começará o ano letivo de 2022 na próxima segunda-feira (7) com aulas presenciais. No entanto, a Prefeitura decidiu oferecer a opção do sistema híbrido para os pais que ainda não se sentem seguros em enviar seus filhos para a escola, devido à nova onda de casos de covid-19. Apesar de dar mais uma opção, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) fez um apelo para que os pais levem seus filhos para vacinar: “é a única forma de vencermos a covid-19”

PÁG. 5



Renato Araújo/Agência Brasília

“ESTAMOS PAGANDO PRA TRABALHAR”

“Desânimo total”, é assim que os produtores de leite de Mato Grosso estão diante da redução do preço pelos laticínios por litro do produto, principalmente na região Oeste do estado. Eles apontam que os custos de produção aumentaram nos últimos meses, enquanto o preço do produto final segue na contramão. Além de sofrer com a margem de lucro cada vez mais apertada, os produtores também reclamam da falta de diálogo com os laticínios

PÁG. 3



Gilberto Leite

QUEM SÃO OS CRAQUES DE MATO GROSSO HOMENAGEADOS NO DUTRINHA

PÁG. 6

HOMEM É EXECUTADO COM TIROS NA CABEÇA E ‘DESOVADO’ EM RIO

PÁG. 5



FACEBOOK



INSTAGRAM



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!

QUARTA - 02/02

↑ 33°

↓ 21°



CONTA NÃO FECHA

“Estamos pagando para trabalhar”

Produtores de leite sofrem com redução do preço pago pela indústria de laticínios, ao mesmo momento em que custo de produção aumentam

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed



Wenderson Araujo/Trilux

Criadores apontam que redução no preço pago pelos laticínios está inviabilizando a produção de leite em Mato Grosso

Felipe Leonel

“Desânimo total”, é assim que os produtores de leite de Mato Grosso estão diante da redução do preço pelos laticínios por litro do produto, principalmente na região Oeste do estado. Eles apontam que os custos de produção aumentaram nos últimos meses devido à valorização das commodities agrícolas, um problema enfrentado por todos produtores rurais, enquanto o preço do produto final segue na contramão.

O presidente da Associação dos Produtores de Leite da região Oeste (APLO), Luciano Rodrigues, afirma que a situação está inviabilizando a produção, pois os criadores acabam “pagando para trabalhar”.

“Os produtores estão deixando de investir nas propriedades. Desânimo total, estamos pagando para trabalhar. Não tem jeito de

investir mais. Subiu tudo, mas o preço do leite para os produtores está baixando. Um cenário muito difícil”, explica o presidente da associação, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

Segundo Luciano, o preço do milho utilizado como ração dobrou nos últimos anos, passando de R\$ 38 a

saca para mais de R\$ 80. No entanto, o preço pago pelos laticínios não está acompanhando esse aumento, ao contrário, tem sido reduzido. O consumidor final também não sente esses efeitos, já que nas gôndolas dos supermercados o preço do litro de leite se estabilizou na casa de R\$ 4.

Luciano argumenta que não há segurança para investir no setor, já que recentemente o litro do leite estava sendo comercializado com a indústria por R\$ 2,50, mas o valor caiu para R\$ 1,60, o que representa uma queda de 36%. O fenômeno também acontece em outras regiões do país,

mas em menor intensidade. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a média paga nas dez principais regiões produtoras do Brasil caiu mais de 7% na comparação de dezembro de 2021 com 2020.

Além de sofrer com a margem de lucro cada vez

mais apertada, os produtores também reclamam da falta de diálogo com os laticínios, que acabam ditando os preços pagos pelo litro de leite.

“Não tem diálogo para equilibrar os preços entre produtores e laticínios. Não temos como manter a produção com tantas baixas, assim o produtor não consegue se manter no campo”, afirma Luciano.

Mesmo se plantarem os grãos para alimentação dos animais, os produtores não conseguirão escapar dos aumentos no custo de produção. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) apontam aumento de até 70% nos preços de adubos e corretivos e de até 28% nas cotações de suplementos minerais. O preço é puxado, também, pela valorização do dólar frente ao real.

laboratório **carlos chagas** | grupo **sabin**

CENTRAL DE ATENDIMENTO
(65) 3901-4700
(65) 99210-0032

Segunda a Sexta: 6:30h às 20h
Sábado: 6:30h às 16h
Domingo: 7h às 15h

SOJA TARDIA

PT cita avanço da ferrugem e quer mudar calendário

Felipe Leonel

O aumento de casos da ferrugem asiática nas plantações em Mato Grosso fez o diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) ingressar com uma nova petição no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), pedindo celeridade no julgamento de uma ação contra a ampliação do período de plantação da soja.

A ação questiona uma portaria do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea/MT) e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que ampliou o período de plantio de soja, passando a data limite de 31 de dezembro para 3 de fevereiro. O partido argumenta que o calendário de plantio estendido aumenta a circulação da praga.

O partido alega que quando entrou com a ação, em 29 de novembro

de 2021, havia 4 casos de ferrugem asiática em Mato Grosso. Na petição mais recente, protocolada no dia 28 de janeiro, o partido cita dados do Consórcio Antiferrugem, que apontam para a existência de 10 casos. Os advogados argumentam que a manutenção do calendário pode colocar em risco toda a produção nacional.

“Perceba -se, portanto, que os dados atuais são alarmantes, eis que, nem sequer tendo findado o período de plantio de soja, já há mais que o dobro de casos de ferrugem asiática ocorridos durante toda a safra passada. Diante do exposto, requer-se seja cotada a cautelar pretendida com máxima celeridade”, diz a petição.

Na ação, os advogados Wilmar Schrader e Cecília Brito Silva alegam que o governo de Mato Grosso cedeu a interesses econômicos e coloca em risco

a saúde dos plantios e o ecossistema.

A ferrugem asiática é uma doença causada pelo fungo *pakopsora pachyrhizi* e o seu avanço resulta na desfolha precoce da soja, impedindo a formação completa dos grãos, o que reduz a produtividade das lavouras. Além disso, o fungo é super-resistente aos defensivos agrícolas. O PT sustenta que o uso de mais defensivos pode aumentar ainda mais a resistência do fungo.

Uma das medidas para conter o fungo é justamente o vazio sanitário, período em que é proibido o plantio de soja, o que também contribui para a redução da aplicação de defensivos. O partido cita ainda que as medidas adotadas pelo Estado, em dezembro do ano passado, poderiam prejudicar o crescimento econômico, já que o agro é o principal pilar da economia estadual.

“O uso contínuo de defensivos agrícolas com o mesmo mecanismo de ação faz a chamada pressão de seleção

e resulta na sobrevivência apenas dos fungos resistentes, o que favorece a infestação das lavouras pela Fer-

rugem Asiática e prejudica a produtividade do Estado que se intitula como o ‘celeiro do país’”, diz trecho da ação.

United Soybean Board



Partido aponta que casos de ferrugem asiática mais que dobraram em 2 meses e pede agilidade em julgamento

PEC EM ESTUDO

Guedes admite cortar impostos dos combustíveis

Luciano Nascimento/ABR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nessa terça-feira (1º) que o governo avalia redução “moderada” de alguns impostos na elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis. O objetivo da medida é evitar os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis. Guedes destacou que o governo estuda reduzir impostos sobre o diesel, mas questionou a adoção de medida similar para a gasolina.

Segundo o ministro, a proposta seria “autorizativa”, com a adesão de estados para, entre outras medidas, reduzir as alíquotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Como contrapartida, o governo também reduziria impostos federais incidentes sobre o produto, a exemplo da contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“Se quiserem reduzir o ICMS, reduzam o ICMS para o Brasil girar melhor em cima do diesel. Por outro lado, se o governo federal também for autorizado; nós arrecadamos em torno de R\$ 17 [bilhões], quase R\$ 18 bilhões/ano de diesel; poderíamos reduzir um pouco isso aí também”, acrescentou.

O ministro disse ainda que o problema é político e citou projeto aprovado na Câmara dos Deputados que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre combustíveis.

Atualmente, o ICMS é calculado como um percentual do preço final. Isso faz com que o imposto flutue conforme os preços nas bombas, subindo quando a Petrobras reajusta os valores nas refinarias e baixando, quando ocorre o contrário.

O projeto obriga estados e o Distrito Federal a especificar a alíquota cobrada do ICMS de cada produto pela unidade de medida adotada (litro, quilo ou volume), e não mais sobre o valor da mercadoria, como ocorre atualmente. A proposta aguarda análise do Senado.

“Se eles acharem que tem de limitar o ICMS, e sair de ad valorem [percentual conforme o valor da mercadoria] para ad rem [valor fixo] e limitar, em vez de ser 34%, que seja 25%, 20%. É um problema político, eu não entro nessa discussão. Agora que é bem-vindo, em vez de pensar só em teto de gasto, pensar em teto de imposto, eu gosto da ideia”, afirmou.

Os sucessivos aumentos no preço dos combustíveis geraram queda de braço entre o governo federal e os estados. Por diversas vezes

ao longo do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro atribuiu aos estados parte da responsabilidade pelos aumentos dos combustíveis. O governo federal defende que o ICMS seja cobrado como um preço fixo por litro, como ocorre com os tributos federais.

Em meio às afirmações do presidente, os secretários de estaduais de Fazenda aprovaram, durante reunião do Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz) a prorrogação até 31 de março, do congelamento ICMS dos combustíveis.

PROJETO POLÊMICO

Avallone: lei foi mal entendida

Deputado explica que não há permissão para explorar Reservas Legais e quer diálogo com Ministério Público para resolver 'pendenga'

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Rafael Machado

Autor da lei complementar que acrescentou dispositivos no Código Estadual do Meio Ambiente, o deputado estadual Carlos Avallone (PSDB) disse que o objetivo não é permitir exploração mineral em reserva legal. Ele afirma que a ideia está sendo "vendida" de forma equivocada por entidades ambientalistas.

A lei foi sancionada na última semana pelo governador Mauro Mendes (DEM), em edição extra do Diário Oficial do Estado (DOE) de sexta-feira (28). O trecho que causa polêmica diz: "Para fins de utilidade pública, interesse social, exploração de mineral e pesquisa científica, fica permitida a compensação ou o remanejamento da

reserva legal para extra-propriedade, mesmo que já tenha sido averbada ou registrada no órgão ambiental competente".

Segundo Avallone, o texto não permite a exploração de reservas legais, mas sim a realocação da área de reserva legal.

"Colocando dessa forma, eu entraria com uma ação contra a lei que eu mesmo fiz. Ela está sendo colocada de forma totalmente equivocada", disse. "Você tira a área da reserva legal de um lugar que tem uma mina, por exemplo, uma cascalheira, que no interior já não tem mais cascalho para fazer recuperação das estradas, ou em Nobres, onde as indústrias de calcário precisam ter mais espaço. É para isso que a lei foi criada", acrescenta.

Avallone afirmou que sua proposta não foi criada do zero, mas sim inspirada em leis já existentes em outros estados, sem a contestação do Ministério Público.

"Foi copiada do Estado de Goiás, de Minas Gerais, que já tem a lei desde 2013, sem a contestação do Ministério Público Fe-



Avallone afirma que ele próprio entraria com ação contra seu projeto, se efeito fosse realmente como é 'vendido'

deral ou Ministério Público Estadual, e desde 2016 em Rondônia, também sem contestação", comentou.

O deputado explicou que seu projeto prevê ganhos ambientais, já que a pessoa interessada em realocar a reserva legal precisará adicionar uma compensação extra de 5%, ampliando a área a ser preservada. Além disso, o projeto precisa ser aprovado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

Diante do que classifica como 'mal entendido', Avallone está disposto a conversar com os membros do Ministério Público Estadual (MPMT) para explicar o real objetivo da lei e evitar uma judicialização desnecessária.

"Acredito eu que quando o Ministério Público, tanto estadual e federal, tiverem acesso melhor à lei e estudá-la vão perceber que não tem todo esse trauma que estão tentando colocar porque ele já existe em outros estados", disse.

CRÍTICAS - Após a proposta ter sido aprovada na Assembleia Legislativa em janeiro, o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira,

laboratório **carlos chagas** | **sabin**

CENTRAL DE ATENDIMENTO
(65) 3901-4700
(65) 99210-0032

Segunda a Sexta: 6:30h às 20h
Sábado: 6:30h às 16h
Domingo: 7h às 15h

e o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental do Ministério Público, Marcelo Caetano Vacchiano, emitiram um artigo alegando que a proposta provocará desmatamento.

Antes da lei ter sido sancionada, o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) e o Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT) protocolaram uma representação contra o projeto pedindo o veto integral ao governador.

Em nota, o secretário executivo do Formad, Herman Oliveira, disse que medidas mais drásticas devem ser adotadas para evitar que os efeitos da Lei sejam aplicados.

MUDANÇA NO ICMS

"Como mexe sem ouvir a gente?", reclama Emanuel

Rafael Machado

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), reiterou suas críticas ao projeto apresentado pelo governo para mudar os critérios de distribuição do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios de Mato Grosso. Conforme o emedebista, a proposta é uma 'caixa-preta', pois foi apresentada sem discussão com os gestores municipais.

O tema será debatido pela Assembleia Legislativa na volta do recesso parlamentar, agora em fevereiro. O deputado Wilson Santos (PSDB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), defende a realização de audiências públicas com prefeitos e representantes do Estado para esclarecer o texto. A audiência também foi pedida pela Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), que percebeu insatisfação dos prefeitos com a medida.

"Quem me alertou foram eles [AMM], porque ninguém discutiu esse projeto. Quando nos assustamos já estava na Assembleia, no dia 4 de janeiro, para se votar com urgência. Se não fosse os deputados que ouviram Cuiabá, que ouviram os municípios... É uma caixa preta, nós não sabemos o que tem lá", disse o prefeito.

Emanuel disse que uma equipe técnica da Prefeitura ainda está estudando a proposta e antecipou que recebeu alerta de que Cuiabá pode perder cerca de R\$ 100 milhões com a aprovação do projeto. Ele ainda comentou que existe uma previsão de que Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso e Lucas do Rio Verde percam até R\$ 60 milhões.

"Precisamos que os técnicos se debruçem, e estão debruçados, para estudar a difícil equação que o governo está propondo sem ouvir a parte interessada. Esses 25% da cota parte do

ICMS são dos Municípios. O Estado tem os 75% que são dele, pode mexer e tem autonomia para mexer, com todo respeito à boa-fé do governo do Estado, mas esses 25% da cota-parte pertencem aos municípios", comentou. "Como mexe sem ouvir a gente? Como mexe sem ouvir os prefeitos, sem ouvir os vereadores e a sociedade?", concluiu.

O resultado do estudo feito pela Prefeitura de Cuiabá será apresentado à AMM, que deverá realizar um debate junto aos prefeitos para ouvi-los.

ENTENDA A MUDANÇA - A mensagem encaminhada ao Legislativo redistribui o imposto e prevê maior aporte aos municípios que apresentarem melhores resultados nas áreas da Educação, Saúde e Meio Ambiente. Trata-se de uma regulamentação da Emenda Constitucional 108/2020, sancionada em agosto de 2020.

Os municípios continuarão recebendo 25% do que

o Estado arrecada com o ICMS, mas as regras para distribuição desses valores vão mudar.

Atualmente, 75% da parte que cabe aos municípios é destinada de acordo com o valor adicionado bruto

(VAB). Ou seja, o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) adiciona a tudo que é produzido em uma região. Com a mudança, essa porcentagem cai para 65% e o restante (35%) terá

de seguir regras definidas pelo Estado.

A EC 108 também específica que pelo menos 10% dos recursos devem ser destinados com base em critérios de melhoria da aprendizagem.



Emanuel cobra diálogo com prefeitos e apresentará estudo sobre o projeto à AMM

DE VOLTA ÀS URNAS

Júlio quer disputar vaga na AL e pode trocar de sigla

Brenda Closs e Rafael Machado

Ex-senador e ex-governador de Mato Grosso, Júlio Campos (DEM) pretende lançar seu nome às urnas mais uma vez este ano. Aos 75 anos, o político tem sido muito cobçado por outros partidos, segundo ele mesmo deixou claro durante conversa com jornalistas na tarde dessa segunda-feira, 31 de janeiro, na entrega do estádio Eurico Gaspar Dutra, o Dutrinha, em Cuiabá.

A fusão do Partido Social Liberal (PSL) e o Democratas (DEM), para criação do União Brasil, é algo que incomoda Júlio. Por isso, ele afirmou que pode, sim, optar por se filiar a um novo partido para disputar uma

vaga na Assembleia Legislativa em outubro deste ano. Ele destacou que essa opção é data para todos os políticos que pertencem às siglas da fusão.

"Nós estamos estudando. A janela partidária abre no dia 3 de março e vai até dia 2 de abril, quando encerra o período de mudança partidária. Até lá nós estamos participando do DEM. No próximo dia 10, o Tribunal Superior Eleitoral oficializará a fusão do DEM com o PSL e o DEM vai acabar. Eu não descarto a possibilidade, dependendo dos acontecimentos, de me filiar a outro partido para preparar meu nome para uma disputa à Assembleia Legislativa, em outubro. Mas nada está decidido,

tudo está ainda em conversação", afirmou.

Se realmente deixar o DEM, Campos não deve ter muita dificuldade para encontrar uma nova sigla. Ele conta já recebeu convite de praticamente todos os outros partidos, mas que, por enquanto, está satisfeito na sigla.

"Quem que não quer Júlio Campos filiado? Praticamente todos. Eu sou político, transito bem em todos os segmentos. Hoje não tenho nenhuma má querência adversária, nenhuma raiva. Estou muito bem situado e vou escolher um partido que melhor se adapta à minha ideologia política. Um partido que seja simpático ao meu ideal político, que é centro democrático", declarou.

INCONSTITUCIONAL

Juiz suspende decreto que aumentava valor de imposto

Tarley Carvalho

O juiz da 2ª Vara de Chapada dos Guimarães, Ramon Fagundes Botelho, suspendeu o decreto municipal n. 149/2021, que aumenta o valor mínimo por hectare para venda de imóveis localizados no município. O magistrado acolheu os argumentos de que o decreto desrespeita uma decisão judicial anterior, que proibiu o aumento do IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) por inconstitucionalidade. A decisão é desta terça-feira, 1º de fevereiro.

"Forte nos fundamentos acima alinhavados, preenchidos os requisitos para a concessão da medida liminar, este Juízo CONCEDE a antecipação de tutela vindicada para a eficácia do Decreto n. 149/2021, do

Município de Chapada dos Guimarães/MT", determinou o juiz.

Em caso de desobediência, Fagundes ainda estipulou multa de até R\$ 50 mil ao prefeito Osmar Froner (MDB), além de ele poder responder por ato de improbidade.

A ação foi impetrada pelos vereadores Luciano Augusto Neves, Jonas Adriano Voos, Fabiana Nascimento de Souza e Jamirson Alves Murtinho. Eles argumentam que o decreto desrespeita o Código Tributário Nacional, a Constituição Federal e o Regimento Interno da Câmara Municipal, que estipulam a aprovação de lei específica para aumentar tributos.

Ainda segundo os parlamentares, a Justiça suspendeu a realização da sessão extraordinária que analisaria

o aumento do IPTU em 29 de dezembro. O prefeito então teria publicado o decreto n. 148, majorando os valores da planta genérica. O documento foi alvo de ação judicial e suspenso em liminar expedida pelo desembargador do Tribunal de Justiça, Márcio Vidal.

Já no dia 4 de janeiro, o prefeito publicou o decreto n. 149, alvo da atual ação. Analisando a situação, o juiz pontuou que a nova publicação era praticamente idêntica à anterior, alterando apenas o imposto afetado por ela.

DECISÃO ANTERIOR - O decreto n. 148 foi suspenso em sede de liminar pelo desembargador Márcio Vidal, com publicação em 17 de janeiro. O magistrado acolheu os argumentos da Associação Comunitária do Bairro Adolfo Koberstain.

TERCEIRA ONDA

Janeiro foi o mês com maior número de casos na pandemia

Durante os 31 dias do primeiro mês de 2022, mais de 72 mil casos foram registrados no estado



Mato Grosso, que seguia com números controlados, contra a parede. Segundo o último levantamento do mês de janeiro, a taxa de ocupação dos leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) covid-19 era de 81,57%. São 208 internados nos leitos pactuados e apenas 39 vagas disponíveis. Nas UTIs pediátricas a situação é ainda mais crítica, com apenas três leitos disponíveis no Estado.

São três hospitais em Mato Grosso com capacidade máxima dos leitos de UTI e mais sete hospitais com 80% ou mais de ocupação.

Fora dos corredores hospitalares, o número de pessoas em monitoramento com a doença ativa

também cresceu exponencialmente. No dia 1º de janeiro, Mato Grosso registrava 1.840 pessoas em isolamento domiciliar. Nesta terça-feira, já eram 30.250.

O número de mortos também aumentou. No mês, a pandemia fez 210 mortos, maior número registrado desde agosto, quando Mato Grosso perdeu 361 pessoas para a doença.

DADOS GERAIS - O estado se destaca na lista de mortalidade pela doença desde o início da pandemia. Segundo os dados informados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o estado possui uma taxa de mortalidade de 401,8 mortes



a cada 100 mil pessoas. Mato Grosso só fica atrás do Rio de Janeiro, que possui uma taxa de mortes de 404,7 vítimas a cada 100 mil pessoas.

A taxa é maior que a média nacional, que segundo dados atualizados do Conass, é de 298,4 mortes a cada 100 mil habitantes.

*Estagiário sob supervisão do jornalista Tarley Carvalho

Igor Guilherme*

Janeiro se foi e o sonho dos mato-grossenses de ver a pandemia ir embora, ficou mais distante. O fático aviso de que as festas de fim de ano poderiam se tornar o vetor de uma explosão de casos se concretizou e, movida pela variante ômicron, a pandemia ganhou força e fez os números de infectados saltar de forma astronômica nesse primeiro mês de 2022.

Segundo dados do painel epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MT), atualizado às 14h30 desta terça-feira, 1º de fevereiro, o mês de janeiro fechou com 72.080 novos casos de covid-19, número superior à soma de todos os casos registrados entre agosto e dezembro do ano passado. Este também é o maior registro de casos desde o começo da pandemia, março de 2020.

O acumulado de infectados é maior que a somatória dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Se comparado com o último mês de 2021, onde foram registrados 7.427 casos, o aumento é de 870,51%.

O aumento de quase 900% colocou a Saúde de



Gilberto Leite

O acumulado de infectados é maior que a somatória de praticamente todos os meses do segundo semestre de 2021

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Cuiabá vai adotar modelo híbrido na rede de ensino em fevereiro

Rafael Machado

A rede pública municipal de Cuiabá começará o ano letivo de 2022 na próxima segunda-feira (7) com aulas presenciais. No entanto, a Prefeitura decidiu oferecer a opção do sistema híbrido para os pais que ainda não se sentem seguros em enviar seus filhos para a escola, devido à nova onda de casos de covid-19.

O anúncio foi feito pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), durante a entrega da reforma do Estádio Eurico Gaspar Dutra, o Dutrinha, na segunda (31).

"A escola tem a obrigação de oferecer um modelo híbrido. Então, eu pedi para

à secretária Edilene Machado [Educação] para que construísse um modelo para aqueles pais, que, graças a Deus, me parecem que são mínimos, pudessem ter o direito, caso não queiram e não se sintam seguros dos seus filhos irem para as aulas presenciais", disse.

As aulas presenciais ficaram suspensas em Mato Grosso por um ano e meio, do início da pandemia, em abril de 2020, até outubro de 2021. Com a queda de casos, o modelo híbrido - que mistura ensino presencial e on-line - começou a ser adotado no ano passado. Neste ano, com o avanço da vacinação, as prefeituras e o Estado decidiram re-

mar as aulas na modalidade 100% presencial.

A decisão pelo retorno das aulas presenciais acontece após a constatação de perdas significativas no processo de aprendizagem devido ao ensino remoto. Estudo realizado pelo Insper, em parceria com o Instituto Unibanco, aponta que os estudantes aprenderam apenas 17% do conteúdo de Matemática e 38% do conteúdo de Português, em relação ao que ocorreria no ensino presencial.

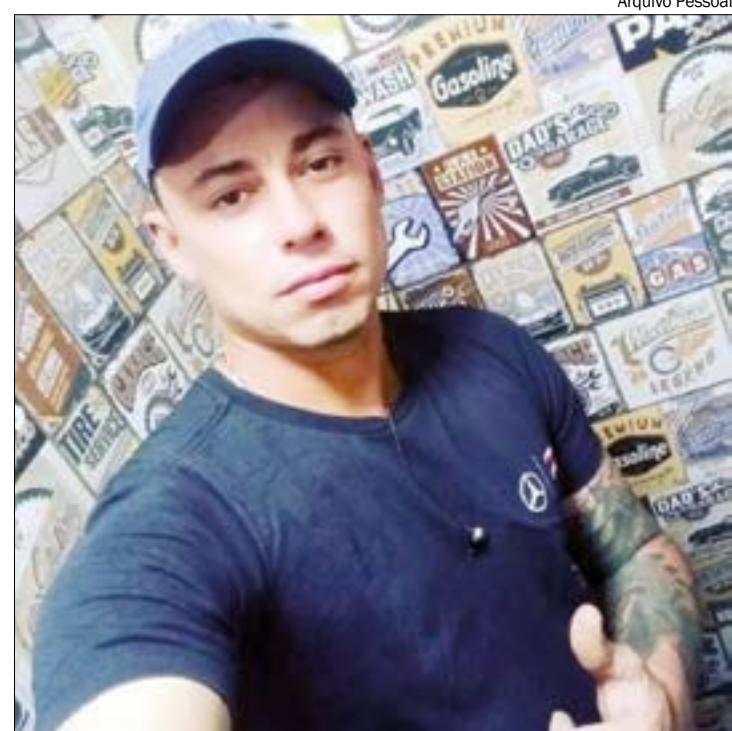
Emanuel aponta que a vacinação de crianças a partir de 5 anos dará ainda mais segurança para a retomada das aulas presenciais. Conforme a Secre-

taria Municipal de Saúde, 4.978 crianças de Cuiabá foram vacinadas com a primeira dose até a última sexta-feira (28).

O prefeito pediu aos pais que acreditem na ciência e que não tenham receio de vacinar seus filhos.

"A gente entende a preocupação dos pais, filho é tudo pra gente, mas a ciência já habilitou, os grandes especialistas, os grandes médicos, a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde... Podemos ir com segurança, porque é a única forma de vencermos a guerra travada contra a covid-19. Nós temos que acabar com a pandemia de uma vez por todas", concluiu.

POLÍCIA



Arquivo Pessoal

Alex estava desaparecido e o corpo foi encontrado boiando no rio Teles Pires por caseiros

CABEÇA PERFURADA

Homem é morto com tiros e corpo é jogado em rio

Mak Lucia

O corpo de Alex Candido da Silva, 30 anos, foi encontrado com marcas de disparo de arma de fogo na cabeça, as margens do rio Teles Pires, na região conhecida como Três Tombo, no município de Sorriso (397 km de Cuiabá), na última segunda-feira, 31 de janeiro. Caseiros de chácaras as margens do rio encontraram o corpo boiando na tarde de domingo (30) e acionaram os órgãos competentes.

A vítima estava desaparecida desde a última sexta-

feira (28), quando foi visto com vida. No domingo, o Corpo de Bombeiros foi acionado, colheu informações e iniciou as buscas na segunda-feira pela manhã.

Já no final da tarde, os bombeiros interromperam as buscas ao serem informados por uma testemunha que um corpo foi encontrado preso aos galhos no meio do rio Teles Pires.

Familiares foram até o Instituto Médico Legal (IML) e fizeram o reconhecimento do corpo.

A Polícia Civil investiga as causas e os possíveis autores do crime.

CONFUSÃO EM BOTEÇO

Homem é esfaqueado em bar e agressor acaba linchado

Mak Lucia

Um homem, 27 anos, foi esfaqueado duas vezes durante uma briga de bar, na madrugada desta terça-feira, 1º de fevereiro, no bairro Aeroporto, em Várzea Grande. O agressor de 32 anos, foi preso, mas antes apANHOU de populares que o seguraram até a chegada da polícia.

Conforme o relatório de ocorrência, uma testemunha disse que os dois estavam no local ingerindo bebida alcoólica, quando

em determinado momento, o agressor desferiu golpes nas costas e peito da vítima.

Em seguida, populares se revoltaram e começaram a agredir o homem. Outros populares, levaram a vítima até o Pronto-Socorro do município. Ao chegar lá, foi constatado pela polícia a veracidade dos fatos e que a vítima não corria risco de morte.

O suspeito então foi preso em flagrante e encaminhado para a delegacia.

A polícia Civil acompanha o caso.

ESTAVA BÊBADO

Segurança de aeroporto bate em carro e ameaça moradores

Mak Lucia

Um homem, identidade não revelada, foi preso após se envolver em um acidente no bairro Jardim Marajó, em Várzea Grande, na noite de segunda-feira, 31 de janeiro. Segundo a Guarda Municipal, o homem é segurança no Aeroporto Marechal Rondon e estava embriagado.

De acordo com o boletim de ocorrências, o homem bateu em um carro

estacionado em frente a uma residência e começou a ameaçar os moradores. Ele abaixou a calça e urinou no veículo e na frente das testemunhas.

Durante a abordagem do suspeito, ele ameaçou o dono do veículo batido na frente dos agentes e se recusou a fazer o teste de alcoolemia.

Ele foi encaminhado para a Central de Flagrantes as demais providências.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...
PUBLICAR PUBLICAÇÕES EAD

anuncie CONOSCO
Jornal ESTADÃO Mato Grosso
(65) 3365-1187

laboratório **cartos chagas** | **sabin**

CENTRAL DE ATENDIMENTO
(65) 3901-4700
(65) 99210-0032

Segunda a Sexta: 6:30h às 20h
Sábado: 6:30h às 16h
Domingo: 7h às 15h

VALDOMIRO ARRUDA



@valdomiroarruda
Colaborador: Akerman Magalhães

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Fotos: George Dias

River Live Music

Dj Smaile reuniu Djs e amantes da música eletrônica no último domingo (30) durante o lançamento do seu projeto "River", na Rocket Cervejaria. O evento contou com um público pra lá de animado e nem a chuva conseguiu abafar o som da pickup de Smaile e dos Djs Bielvet, Vaz, Daio, Ballu, Guedes e Manolo.



DJ Smaile dando nome ao projeto River



O empresário Sander Lima, Monica Gheno, este colunista e o agitando com DJ Smaile no lançamento do Projeto River



Dj, médico veterinário e empreendedor, Gabriel Rodrigues, conhecido na cena eletrônica como Bielvet foi uma das atrações da River



O empresário Anderson Lima que comemorou seu aniversário no último dia 30 de janeiro, no Mirante das Águas, em grande estilo



O Produtor e jornalista, Dj Daio Ruan esquentou a pista na Rocket Cervejaria



Aniversariante do finalzinho de janeiro amigo da coluna, Ivan Pereira Silva



Aniversariante da semana Maria Eduarda Piran



A empresária franco-sul-americana condessa Isabel de Mauleon de Bruyeres lança sua nova coleção de moda confeccionada com o mais puro algodão Pima. Querendo expandir os negócios de sua griffe sediada em Lima no Peru, Madame la Comtesse procura novos parceiros em terras brasileiras